



PATRIMÔNIO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE NA EDIFICAÇÃO DO COLÉGIO PEDRO II – CAMPUS CENTRO

SILVA, Pâmella (1); VASCONCELLOS, Virgínia (2)

(1) Universidade Federal do Rio de Janeiro, pamellalouize@hotmail.com

(2) , virginia.vasconcellos@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa, sob a ótica da sustentabilidade no patrimônio cultural, uma edificação setecentista, o Colégio Pedro II – Campus Centro, que possui tanto uma riqueza arquitetônica quanto histórica, e está localizada na Avenida Marechal Floriano no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. O edifício original teve sua construção finalizada no ano de 1766, sendo criado para receber um abrigo paroquial de órfãos, vinculado à Igreja de São Joaquim. Em 1837, as dependências patrimoniais do antigo Seminário de São Joaquim foram ocupadas pelo recém-criado Colégio Pedro II, em homenagem ao Imperador Menino. Em 1983, o edifício foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e passou a ser reconhecido como um dado da nossa nacionalidade. O trabalho tem como objetivo traçar um diagnóstico do estado de conservação atual do edifício e, sob o prisma da sustentabilidade, estudar possibilidades de aprimoramento dos processos de manutenção e conservação do patrimônio material, que irão permitir a continuidade do Colégio, garantindo vida ao patrimônio público, pelo seu próprio uso, mas respeitando suas configurações autênticas. É importante ressaltar que esse estudo faz parte de uma pesquisa maior, o desenvolvimento de Dissertação pelo Mestrado em Projeto e Patrimônio, PROARQ/FAU/UFRJ, que tem como objetivo a construção de um Plano de Conservação para a salvaguarda do bem. Para obtenção desse conjunto de informações foi realizada uma revisão bibliográfica que permitiu um melhor entendimento dos conceitos abordados e sobre a história da edificação, sendo também realizadas inspeções *in loco*, para avaliação de seu estado atual de conservação. A partir dessa análise considerou-se o edifício do Colégio Pedro II como em um estado regular, e trabalhou-se, então, a construção de uma matriz de diagnóstico e ações, com base no Manual de Conservação Preventiva, produzido pelo IPHAN, para auxiliar na preservação da edificação. No contexto do patrimônio cultural, verificou-se que é de extrema importância considerar a preservação como instrumento de redução de impactos, buscando, para isso, aprimorar, constantemente, os processos de manutenção e conservação aplicáveis, orientados pelos princípios da sustentabilidade, de modo a garantir a integridade do bem o máximo possível para as gerações futuras.

Palavras-chave: Patrimônio, Sustentabilidade, Colégio Pedro II.

ABSTRACT

This article analyzes, from a perspective of sustainability in cultural heritage, a seventeenth-century building, Colégio Pedro II - Campus Centro, which has a historical architectural richness, and is located on Avenida Marechal Floriano in downtown Rio de Janeiro. The original building had its construction completed in 1766, being created to receive a parish shelter for orphans, linked to the Igreja de São Joaquim. In 1837, the patrimonial dependencies of the old Seminário de São Joaquim were occupied by the recently created Colégio Pedro II. In 1983, the building was listed by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. The work aims to make a diagnosis of the current state of conservation of the building and, from the perspective of sustainability, to study possibilities for improving the processes of maintenance and conservation of material heritage, which will allow the continuity of the school, ensuring life for the public heritage,

for its own use, but respecting its authentic configurations. It is important to note that this study is part of a larger research, the development of a Dissertation by the Master in Project and Heritage, PROARQ / FAU / UFRJ, which aims to build a Conservation Plan for the safeguarding of the building. In order to obtain this set of information, a bibliographic review was carried out that allowed a better understanding of the concepts covered and the history of the building, and inspections were also carried out, to assess its current state of conservation. Based on this analysis, the building of Colégio Pedro II was considered to be in a regular state, and the construction of a diagnosis and actions matrix was then worked on, based on the Preventive Conservation Manual, produced by IPHAN, for assist in building preservation. In the context of cultural heritage, it was found that it is extremely important to consider preservation as an instrument for reducing impacts, seeking, for this purpose, to constantly improve the applicable maintenance and conservation processes, guided by the principles of sustainability, in order to guarantee the integrity of the asset as much as possible for future generations.

Keywords: *Heritage, Sustainability, Colégio Pedro II.*

1 INTRODUÇÃO

O Patrimônio Cultural é um personagem vivo da história e da cultura, que tem a capacidade de permitir o conhecimento de sociedades que viveram em outros tempos. Desse modo, os bens culturais se tornam obra e testemunho das diversas produções e culturas do passado, constituindo um componente essencial de formação dos povos. Conforme Brandi (2004), as obras de arte, configuravam-se como produtos especiais da atividade humana, fazendo parte do mundo particular de cada indivíduo. Assim, devido à sua inegável importância, se estabelece a necessidade de preservação desse patrimônio às gerações futuras, instituindo-se os conceitos de proteção, conservação, restauração, e mais recentemente, o de sustentabilidade.

O conceito de sustentabilidade é provavelmente um dos mais citados e discutidos em diversas pesquisas. Muitas interpretações do conceito foram elaboradas de acordo com a área e o objetivo dos estudos desenvolvidos, o que acabou gerando uma exaustão de seu uso e uma ampliação excessiva de seu significado. Nesse artigo, a sustentabilidade será considerada à luz de sua abordagem transdisciplinar, sob uma visão macro do tripé sustentável, de acordo com os parâmetros ambientais, sociais e econômicos, no campo da arquitetura. Segundo Corbella (2003), uma arquitetura sustentável deve visar ao aumento da qualidade de vida, tanto do ser humano quanto do ambiente construído e seu entorno, além da redução do uso de recursos naturais,

Esses dois conceitos serão trabalhados no âmbito da edificação do Colégio Pedro II – Campus Centro. Este edifício trata-se de uma importante construção, localizada na Avenida Marechal Floriano, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, que possui tanto uma riqueza arquitetônica quanto histórica. Em 1983, o edifício foi tombado pelo IPHAN, e passou a ser reconhecido como um dado da nossa nacionalidade, que guarda significativa parcela da memória histórica da instituição.

Para a análise desse conjunto de informações em relação à edificação, sob os parâmetros da sustentabilidade no patrimônio cultural, foi realizada uma revisão bibliográfica que permitiu um melhor entendimento dos conceitos abordados e da história da edificação. O estudo, objetivou trabalhar as possibilidades de aprimoramento dos processos de manutenção e conservação do patrimônio material, sempre visando a manter o significado social, histórico e cultural do bem tombado, por meio de processos menos invasivos e mais compatíveis com os elementos já existentes, e buscando adotar medidas preventivas e corretivas de mínimas intervenções, de caráter reversível, que atendam aos critérios que orientem o desenvolvimento sustentável.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Conforme Choay (2000), a origem da conservação de monumentos históricos, na Europa, iniciou-se por volta de 1420, em Roma, Itália, quando Martinho V restabeleceu a Sede do Papado, na cidade arruinada, que desejava recuperar seu poder e prestígio. Nessa época, surgiram, então, os primeiros interesses pela conservação e proteção dos edifícios romanos, cuja preservação era estabelecida por bulas papais, que previam, inclusive, medidas penais.

O conceito de patrimônio cultural, como conhecido atualmente, começa a se delinear somente a partir da Revolução Francesa, instituidora de uma nova ordem política, jurídica, social e econômica, que reconheceu os direitos fundamentais do Homem e solidificou o conceito de nação e de nacionalidade. Mais recentemente, o conceito de patrimônio passou a ser trabalhado de modo mais abrangente, englobando também o aspecto cultural, que sempre esteve presente.

No contexto brasileiro, segundo Pinheiro (2006), as origens da noção de preservação do patrimônio começaram a se formar na década de 1920, quando foram constituídos os primeiros projetos de lei sobre o tema.

Foi a partir da década de 1930, que as iniciativas preservacionistas começaram a alcançar resultados mais consistentes, diante de medidas instituídas nas Constituições, da época. Em 1936, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeiro órgão nacional de preservação do patrimônio, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde. A atuação do SPHAN foi regulamentada pelo Decreto-lei nº25/37, documento redigido pelo seu primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, e que continua em vigor até hoje, na fase atual do órgão, agora chamado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Com a ampliação e o enriquecimento do conceito de patrimônio, a Constituição de 1988 consolidou essa nova abrangência, através de seu Artigo 216, relativizando a noção de excepcionalidade presente no Decreto nº25/37, e substituindo-a em parte pela de representatividade,

reconhecendo ainda a dimensão imaterial. Substituiu-se a denominação 'Patrimônio Histórico e Artístico' por 'Patrimônio Cultural' e o conceito é assim ampliado de modo a abarcar as contribuições dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Essa transformação agregou o conceito de referência cultural e significou uma ampliação importante dos bens passíveis de reconhecimento.

Segundo Pelegrini (2006), a partir dos 1990, novos paradigmas passaram a fazer parte da relação entre preservação, integração e patrimônio histórico, principalmente os referentes ao desenvolvimento sustentável, premissa básica que passou a ser defendida em conferências internacionais sobre preservação. Atualmente, o tema da preservação encontra-se inserido no campo da compreensão global de desenvolvimento socioeconômico e ecológico, verificado na sua diversidade físico-ambiental.

Esses novos conceitos também vêm sendo debatidos perante as reflexões atuais sobre a salvaguarda do patrimônio, assim, além das medidas de conservação e restauração, conceitos mais atuais, como o de sustentabilidade foram inseridos no campo da preservação. Desse modo, a preservação do patrimônio, sempre visando a manter os diversos significados do bem tombado, busca, pelo atendimento aos critérios que orientam o desenvolvimento sustentável, estabelecer processos mais compatíveis com os materiais já existentes e menos invasivos, adotar medidas preventivas e corretivas que sigam o princípio da mínima intervenção e sejam de caráter reversível, além de apresentar soluções que atendam as esferas ambiental, social e econômica da sustentabilidade.

3 SUSTENTABILIDADE

Apesar da existência dos problemas ambientais, desde tempos mais remotos, foi somente, recentemente, que a análise econômica assumiu consciência suficiente deles e de seus efeitos. Segundo Paula (1997), vive-se desde a década de 1970, um momento crucial do embate de tensões relacionadas às diferentes e conflitantes maneiras de conceber e atuar no Mundo. Há, porém, consenso quanto à existência de uma crise generalizada e profunda, quanto à civilização criada e desenvolvida pela Modernidade. E um dos pontos mais visíveis dessa crise é, justamente, referente à questão ambiental.

Desse modo, apenas a partir de 1970, que passou a surgir uma grande quantidade de estudos e avanços sobre o tema do meio-ambiente, principalmente na linha econômica neoclássica. Nessa época, tomou-se consciência de que os problemas ambientais já haviam atingido um grau de tensão tão crítico, que representariam um desafio à sobrevivência da humanidade no futuro.

Segundo Mikailova (2004), o primeiro grande avanço global em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável foi a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972 (UN Conference on the Human Environment), onde a comunidade internacional começou a adotar o posicionamento de que o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente, antes tratados como questões separadas, deveriam ser conduzidos de uma forma, mutuamente, favorável.

O desenvolvimento sustentável somente passou a ser definido como questão principal da política ambiental, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que foi realizada na Cidade do Rio de Janeiro, em 1992. A Organização das Nações Unidas, através do Relatório "Nosso Futuro Comum", publicado em abril de 1987, elaborou o primeiro conceito de desenvolvimento sustentável.

O documento, conhecido como Relatório Brundtland, descreveu o desenvolvimento sustentável como *"aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades."*

A partir dessa definição, com o passar do tempo, acabou sendo gerada uma exaustão do uso desse conceito, o que fez com que o termo "sustentabilidade" fosse, por diversas vezes, utilizado de modo banal, justificando qualquer atividade, desde que a mesma preservasse recursos para as próximas gerações.

O conceito mais atual de desenvolvimento sustentável foi expresso na Cúpula Mundial em 2002, e envolveu uma definição mais sólida, indicando que este buscasse a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes do mundo, sem aumentar o uso de recursos naturais além da capacidade do planeta.

O campo do desenvolvimento sustentável é comumente dividido em três componentes: a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade social.

Nesse artigo, abordamos a sustentabilidade através desses componentes, os quais devem ser devidamente trabalhados nos processos de projeto, produção e manutenção do patrimônio arquitetônico edificado. Desse modo, ao trabalhar a sustentabilidade em seu sentido mais amplo, algumas questões devem ser ainda consideradas na atuação diante do patrimônio tombado, como: a preservação como instrumento de redução de impactos, o aprimoramento dos processos de manutenção e conservação aliados a uma gestão de planejamento, além do respeito à história, a memória e ao valor cultural no bem.

4 ESTUDO DE CASO: COLÉGIO PEDRO II – CAMPUS CENTRO

Segundo Gabaglia (2009), a origem do Colégio Pedro II nos leva à primeira metade do século XVIII, a uma obra de caridade realizada pela Paróquia

de São Pedro: o Abrigo dos Órfãos de São Pedro, localizado no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. (Figura 01). O Bispo D. Antônio de Guadalupe fundou o Colégio dos Órfãos de São Pedro em 1733, por Provisão da Câmara Eclesiástica. Já em 1766, um dos sucessores do Bispo no reitorado, o Cônego Antonio Lopes Xavier, concluiu a construção de um novo edifício anexo a Capela de São Joaquim, construída em terrenos no começo da Rua do Valongo, hoje Camerino, e transportou os órfãos de São Pedro para sítio contíguo, dando início ao Seminário de São Joaquim no local.

Figura 01 - A Igreja de São Joaquim e ao seu lado o Seminário de São Joaquim, ex-Colégio dos Órfãos e origem do Colégio Pedro II



Fonte: MACEDO (2005)

Ainda conforme Gabaglia (2009), por meio do Decreto de 02 de Dezembro de 1837, durante a Regência de Pedro de Araújo Lima, o Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos fundou o Colégio Pedro II, em homenagem ao Imperador-Menino, no dia de seu décimo segundo aniversário. O Colégio foi assim instalado nas dependências patrimoniais do antigo seminário, que foram reformadas pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny, segundo consta em arquivos consultados no acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Segundo Santos, Silva, et al. (2018), o Colégio Pedro II foi o primeiro colégio de instrução secundária oficial do Brasil, e funcionava como agência de educação e cultura, formadora da elite intelectual do País. Foi criado para ser uma referência de ensino público do Município da Corte e outras províncias, das aulas particulares e dos estabelecimentos privados existentes.

O Colégio passou por várias reformas até a época da República. Em 1857, foi dividido em dois prédios: o Externato e o Internato. Somente o Externato, onde eram lecionadas as aulas, permaneceu no edifício da Chamada Rua Larga de São Joaquim (atual Avenida Marechal Floriano). Conforme arquivos do IPHAN, em 1874, a edificação foi ampliada por Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, discípulo de Montigny, destacando-se a criação do Salão Nobre, salão de ornamentação riquíssima, onde os alunos passaram a receber o grau de Bacharel em

Ciências e Letras, e onde se realizavam os concursos para a cátedra do Colégio.

Ainda conforme as autoras, o Colégio Pedro II, a partir de 1889, sobreviveu a diversos momentos de crise institucional devido à perda de seu patrono (D. Pedro II). No entanto, o colégio continuou sendo, na República, um lugar de referência educacional do ensino secundário. E por meio de seus professores-catedráticos de notório saber, dos livros didáticos de utilização nacional e dos ex-alunos ilustres, o Colégio Pedro II projetou-se como um grande personagem da narrativa da educação no país.

Assim, a história da instituição passou a se confundir com a própria história do Brasil, com a história da educação nacional e com os desenvolvimentos científico, tecnológico, artístico e cultural da nação brasileira. Desse modo, o antigo casarão da Rua Larga de São Joaquim, depois Externato do Colégio Pedro II, hoje Campus Centro, foi tombado em 1983 pelo Patrimônio Histórico, tendo seu amplo valor arquitetônico e histórico reconhecido.

Atualmente o edifício conserva ainda grande parte dos elementos construídos à época das suas primeiras reformas, em grande parte realizadas por Montigny e seu discípulo; como as esquadrias em madeira, o revestimento em pedra das fachadas, o Salão Nobre e a cúpula, por exemplo (Figura 02).

Figura 02 - Configuração atual do Colégio Pedro II



Fonte: SITE JORNAL EXTRA

O Colégio também se expandiu, passando a ocupar toda a quadra, e ser circundado pelas Ruas da Conceição, Camerino, Leandro Martins e Av. Marechal Floriano. A construção histórica, na parte da frente, encontra-se voltada para a rua Camerino e Av. Mal. Floriano; enquanto na parte dos fundos, os novos acréscimos construídos se voltam para a Rua da Conceição.

Em relação à edificação tombada, sua arquitetura autêntica, de 1874, ainda conservada, fez permanecer, até hoje, o generoso pé-direito, os inúmeros vãos e as circulações avarandadas voltadas para os pátios internos (Figura 03).

Figura 03 - Vista de um dos pátios internos com as circulações avarandadas ao redor



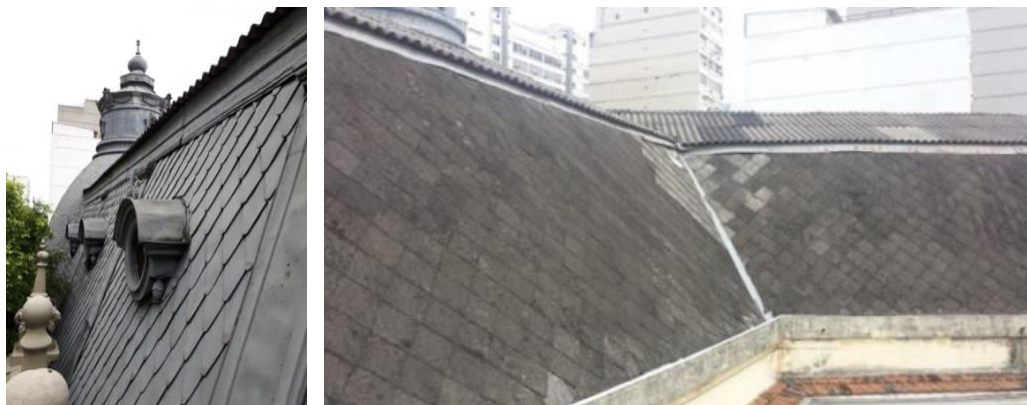
Fonte: ACERVO PESSOAL

O pavimento térreo da edificação é composto pelas salas de aula regulares e especiais, laboratórios, Biblioteca Histórica, refeitório, cantina, dois pátios internos descobertos, quadra poliesportiva coberta e vestiários, além dos três acessos, que receberam cada um, uma imponente escada, em estrutura metálica, com degraus de mármore, vindas desmontadas da Europa. No entanto, atualmente, somente um desses acessos é utilizado, sendo os outros dois transformados em depósito e circulação interna.

O 1º pavimento contempla, além de salas de aula regulares e especiais, salas administrativas, museu e área para digitalização, NUDOM (Núcleo de Documentação e Memória), biblioteca escolar nova, auditório e o Salão Nobre. Este pavimento, no entanto, não se estende para a parte mais nova da construção.

Completa o conjunto de pavimentos a cobertura da edificação, em estilo francês, com uso de mansarda, que configurou uma remodelação do telhado original, visto que algumas estruturas, em madeira, ainda permanecem por baixo da estrutura metálica do telhado atual, indicando elemento preexistente (Figuras 04 e 05).

Figura 04 e 05 - Vistas dos telhados voltados para a rua (telha metálica) e voltados para os pátios internos (telha em fibrocimento)



Fonte: ACERVO PESSOAL

As fachadas são revestidas em pedra no pavimento térreo, na fachada voltada para a Av. Marechal Floriano e, nas demais, prevalece a pintura em cor marfim com detalhes em cantaria nas molduras de esquadrias.

5 ANÁLISES E RESULTADOS PARCIAIS

A partir de uma vistoria da edificação, com inspeção visual de todo o conjunto, juntamente com a análise de relatórios emitidos diante da vistoria cautelar para implantação do VLT, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, foi possível realizar um exame preliminar das condições gerais de conservação, estabilidade e segurança do edifício histórico.

A construção histórica possui paredes periféricas e algumas paredes internas autoportantes, umas em tijolos maciços outras em pedra argamassada. Essas paredes apoiam os pisos dos pavimentos térreo e 1º pavimento, que embora tenham sido, originalmente, constituídos por assoalhos sobre barrote de madeira, hoje já se encontram com laje na maior parte dos ambientes. Atualmente, encontram-se, ainda outras, paredes em alvenaria e algumas divisórias que foram sendo inseridas para novas divisões e adequações do espaço do Colégio às novas demandas pedagógicas e administrativas.

Em relação ao telhado, é possível observar que a construção histórica possui dois sistemas distintos: um em estrutura metálica e outro em estrutura de madeira. Além disso, podem-se verificar diferentes materiais de telhamento, como telha metálica (zinco) do tipo escama de peixe e losangular, telha losangular quadrada em fibrocimento, telha ondulada fibrocimento; e diferentes materiais usados no forro, como: estuque com fasquios de madeira, estuque e tela deployée, madeira e placas de gesso.

Diante de sua cobertura complexa, composta de mansardas, cúpula e torreões menores, inseridos no início do séc XIX, a edificação apresenta os

problemas mais expressivos nesta área. Ao longo do tempo, grande parte da cobertura foi modificada, e, atualmente, o telhado encontra-se bastante diferente de sua aparência original. Existem diversos pontos de infiltração nos telhados, principalmente, na área de encontro de telhados com conformações diferentes. Além disso, a instalação do sistema de condicionamento de ar, tipo Split, gerou danos em diversas telhas, comprometendo a estanqueidade da cobertura. As furações, sem a devida proteção e isolamento, acabaram gerando aberturas que acumulam umidade e facilitam a entrada de água para o interior da cobertura, somando-se a diversos fatores, como a presença de árvores na fachada da Av. Marechal Floriano, que comprometem o escoamento da água nas calhas, entupidas por folhas caídas.

Devido aos graves problemas de infiltração existentes na cobertura é gerado outro fator crítico, que consiste no desgaste e comprometimento de diversos forros devido à presença de água e umidade constante nos períodos chuvosos. Como não existe nenhuma laje ou proteção entre a cobertura externa e o forro dos ambientes, qualquer água que permeie pelas telhas trincadas ou quebradas, incide diretamente sobre o forro.

Já sobre o atual estado de conservação geral da edificação pode-se considerá-lo regular, observando-se em grande parte dos ambientes a presença de fissuras, manchas de umidade, desprendimento de reboco e descolamento de revestimentos, manchas e descascamento de pintura da maior parte das esquadrias, instalação de aparelhos de ar condicionado de janela que não respeitam a configuração original do bem, pichações em diversos pontos da fachada, desgaste e lacunas em áreas de piso mais antigas, afinamento dos degraus, fissuras e lacunas nas escadas de mármore, desgaste e lacunas na cantaria das molduras das esquadrias, ataque de cupins em revestimentos ou mobiliários de madeira, entre outras patologias relacionadas a revestimentos e esquadrias.

Sob o comportamento estrutural da edificação, segundo dados do relatório elaborado pela empresa CERNE - Engenharia e Projetos, contratada pela Prefeitura RJ diante da Vistoria cautelar para implantação do VLT, este se apresenta em bom estado.

Diante de todo o exposto, considera-se o edifício do Colégio Pedro II, em sua totalidade, como em um estado razoavelmente bom, apesar das diversas modificações que sofreu ao longo de seus quase 300 anos, não sendo necessária nenhuma intervenção de grande porte e invasiva no bem tombado.

De modo a colaborar no processo de aprimoramento dos aspectos de conservação e manutenção do prédio está em desenvolvimento uma matriz de diagnóstico e ações, com base no Manual de Conservação Preventiva produzido pelo IPHAN, para planejar as melhores soluções em relação às medidas de caráter corretivo e preventivo necessárias para a

preservação do bem tombado e manutenção da edificação para o funcionamento do Colégio.

Essa matriz é estruturada a partir da separação/classificação de cada elemento da construção, como por exemplo: cobertura, parede, piso, forro, esquadria, área externa e fachadas, instalações elétricas/segurança contra incêndio e acessibilidade, a fim de facilitar uma análise mais detalhada do estado de conservação da edificação.

A partir da definição desses elementos do edifício, as patologias existentes podem ser verificadas e identificadas setorialmente. Assim, é possível realizar um diagnóstico mais preciso e indicar ações específicas a serem utilizadas em cada caso, para que se promova a correção das questões detectadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da pesquisa histórica e elaboração do exame preliminar das condições gerais de conservação, estabilidade e segurança do edifício histórico foi possível iniciar o desenvolvimento de uma matriz geral (diagnóstico e ações), que funciona como uma ferramenta de auxílio na preservação do patrimônio material. Nesta matriz identificam-se e relacionam-se as patologias existentes e as ações possíveis para medidas preventivas ou corretivas de tratamento.

Foi trabalhado no âmbito do bem tombado, o estudo de soluções menos agressivas e que proporcionassem economia nos custos de intervenção e manutenção, diante da construção de um planejamento, considerando a sustentabilidade em seu sentido mais amplo, sob o aspecto do tripé ambiente, economia e sociedade,

No contexto do patrimônio cultural, é de extrema importância considerar a preservação como instrumento de redução de impactos, buscando para isso aprimorar constantemente os processos de manutenção e conservação aplicáveis ao bem tombado, de modo a prolongar sua vida útil e garantir sua integridade o máximo possível.

Desse modo e com base em Kühl (2012), por mais que as ações de preservação signifiquem intervir e modificar a realidade existente, estas ações devem ser sempre justificadas baseando-se naquilo que foram os próprios motivos da preservação do bem tombado, sejam as razões de cunho cultural, ético ou científico. Portanto, devem ser estas as motivações primordiais para guiar qualquer planejamento de conservação e manutenção, sendo esta diretriz balizadora da matriz proposta.

REFERÊNCIAS

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. 264p.

- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001. 282p.
- CORBELLA, Oscar; YANNAS, Simos. **Em busca de uma Arquitetura Sustentável para os trópicos: conforto ambiental**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 305p.
- GABAGLIA, Eugênio de Barros Raja, 1862-1919. **Anuário do Colégio Pedro II: primeiro ano 1914**. "Reedição comemorativa dos 170 anos da Fundação do Colégio Pedro II". Rio de Janeiro: Unigraf, 2009. 147p.
- (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN. Arquivo Central.) Acervo.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Manual de conservação preventiva para edificações**. Rio de Janeiro: Grupo Tarefa/Programa Monumenta-BID, 1999.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN. **Sistema eletrônico de informações, SEI. Processo nº 01500.002422/2017-06**. Dez. 2017. Disponível em:
<https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DJjGLI0dpQiiSEQL4RclCP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrc-boqxXKCIL043F61J-Zt3Z5ucWhoyhXNtKOUikHAd7KGGz5>
Acesso em: 13 dez. 2018.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Projetos de intervenção em bens arquitetônicos de interesse cultural: por um diálogo construtivo entre o novo e a preexistência. In: II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2012, Natal. Anais do II Enanparq. Natal-UFRN: Anparq, 2012. v. 1. p. 1-19.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Ed. revisada e anotada por Gastão Penalva. Brasília: Senado Federal, 2005. 544p.
- MIKHAILOVA, Irina. **Sustentabilidade: evolução de conceitos teóricos e problemas da mensuração prática**. Revista Economia e Desenvolvimento (Santa Maria), v. n.16, p. 22-41, Santa Maria: UFSM, 2004.
- PAULA, J.A. (coordenador). **Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1997. 672p.
- PELEGRINI, Sandra C. A. **O patrimônio Cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação do Brasil**. Patrimônio e Memória – Revista Eletrônica, v.2, n. 2, p. 54-77, Assis – São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, 2006.
- PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil**. In: Risco Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, v. n.3, p. 4-14 São Paulo: IAB-SP, 2006.
- SANTOS, Beatriz; SILVA, Elisabeth; ANDRDE, Vera; RODRIGUES, Vera. **Memória Histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de história na educação do Brasil**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2018. 427p.
- SOROSINI, Marcela. Veja dicas de estudo para o concurso do Colégio Pedro II. **Jornal EXTRA**, 2019. Disponível em:
<<https://extra.globo.com/emprego/concursos/veja-dicas-de-estudo-para-concurso-do-colegio-pedro-ii-21417786.html>> Acesso em: 12 mai. 2019.